

“EI, QUALIRA, CORRE AQUI QUE O BABADO É CERTO”: ARTICULAÇÕES E DESAFIOS DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO ESTADO DO MARANHÃO

“HEY, QUALIRA, COME HERE, IT’S A SURE THING”: ARTICULATIONS AND CHALLENGES OF THE LGBTQIAPN+ MOVEMENT IN THE STATE OF MARANHÃO

Ian Moura Martins¹
Marcos Nicolau Santos da Silva²

Resumo: este artigo tem como objetivo apresentar as articulações e desafios do movimento LGBTQIAPN+ no Estado do Maranhão. Para a consecução do objetivo, definiu-se um percurso metodológico que incluiu uma revisão analítica da literatura sobre gênero, sexualidades e interseccionalidades, além de entrevistas semiestruturadas com representantes de nove coletivos e instituições vinculados à pauta LGBTQIAPN+ na cidade de São Luís. A análise qualitativa das entrevistas revelou desafios externos, como a inércia do poder público e o conservadorismo político, e internos, como a fragmentação identitária e a sobreposição de pautas. Por fim, destaca-se que, apesar dos avanços, persistem assimetrias no movimento, demandando maior articulação, descentralização e investimentos para fortalecer a luta pelos direitos LGBTQIAPN+ no Maranhão.

Palavras-chave: Movimento social; população LGBTQIAPN+; políticas públicas de gênero e sexualidades.

Abstract: this article aims to present the articulations and challenges of the LGBTQIAPN+ movement in the State of Maranhão. To achieve this objective, a methodological approach was defined that included an analytical review of literature on gender, sexualities, and intersectionalities, as well as semi-structured interviews with representatives from nine collectives and institutions linked to the LGBTQIAPN+ agenda in the capital of Maranhão, São Luís. The qualitative analysis of the interviews revealed external challenges, such as public power inertia and political conservatism, and internal challenges, such as identity fragmentation and overlapping agendas. Finally, it is highlighted that, despite advances, asymmetries persist in the movement, demanding greater articulation, decentralization, and investments to strengthen the struggle for LGBTQIAPN+ rights in Maranhão.

Keywords: Social movement; LGBTQIAPN+ population; gender and sexuality public policies.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil e, particularmente, no Maranhão, foi influenciada pelos movimentos sociais nacionais e internacionais que partilham das mesmas pautas (Martins; Silva, 2023). Conforme evidenciam Gomes e Zenaide (2019), o surgimento desse movimento nas múltiplas escalas geográficas está relacionado à busca por autoproteção, tanto no nível individual quanto coletivo, sendo fortalecido por um sentimento de identidade comum, que uniu diferentes pautas de gênero e sexualidades em busca de garantias legais, acesso a políticas públicas e reconhecimento social.

¹ Graduado em Geografia (Licenciatura) e mestre pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), especialista em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e o Mundo do Trabalho pelo Centro de Educação Aberta e a Distância da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Possui experiência como docente no ensino básico e superior.

² Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO) e do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas (habilitação em Geografia) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Destaca-se que a articulação do movimento LGBTQIAPN+ engloba a luta contra as desigualdades estruturais, incluindo a divisão de classes e de gênero, que historicamente excluem, marginalizam e invisibilizam grupos sociais, como a população mencionada. É necessário pontuar que este movimento abrange indivíduos que desafiam as normas binárias de gênero e suas respectivas estruturas. As dissidências em relação ao modelo heteronormativo compulsório refletem-se na semântica de cada letra da sigla LGBTQIAPN+, que engloba tanto a orientação sexual (relacionada à atração afetiva e/ou sexual) quanto à identidade de gênero (que se refere à forma como o indivíduo se reconhece e/ou se apresenta socialmente, podendo ou não corresponder ao gênero atribuído ao nascimento) (Jesus, 2012).

Seguindo-se esta premissa, faz-se necessário destrinchar o significado de cada letra da sigla LGBTQIAPN+ que por sua vez, representa lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros, queer, intersexuais, assexuais/arromânticos/agênero, pansexuais, não binários/não binárias, sendo o símbolo “+” utilizado para abranger outras identidades de gênero e orientações sexuais que não estão explicitamente incluídas na sigla (Moreira, 2022).

No contexto do uso de vocábulos transviados, a expressão “qualira” foi adaptada e ressignificada neste trabalho. Esse termo, que historicamente significava “homossexual masculino afeminado ou viado”, possui uma origem curiosa no Maranhão, associada aos blocos de carnaval de rua. De acordo com Carvalho (2016), um dos blocos era conhecido por ter um rapaz afeminado que se destacava ao tocar lira, um instrumento de cordas dedilháveis. A frase “Lá vem ele com a lira!” foi então abreviada para “com a lira” e, eventualmente, reduzida ao termo “qualira”. Destarte, o intuito de usar este vocábulo comumente encontrado no Maranhão e que neste trabalho está direcionado para falar de maneira geral sobre as pessoas LGBTQIAPN+, assenta-se na singularidade dessas palavras que histórica e culturalmente têm sido usadas para nomear de forma negativa os corpos dissidentes.

Com base nisso, o objetivo deste trabalho é apresentar as articulações e desafios do movimento LGBTQIAPN+ no Estado do Maranhão. A relevância deste estudo transcende a contribuição acadêmica, pois oferece uma reflexão profunda sobre a geografia social maranhense e ludovicense, convidando pesquisadores decoloniais e membros dessa população a compartilharem suas vivências, percepções e reflexões. O intuito é promover um olhar geográfico que aborde de maneira sistemática as questões relacionadas ao movimento LGBTQIAPN+ e as lutas por igualdade e reconhecimento no Maranhão.

Por fim, este trabalho está organizado em três seções, além da introdução e das considerações finais. A primeira apresenta o percurso metodológico utilizado para a coleta e análise dos dados. Em seguida realiza-se um recorte histórico do movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão e em São Luís, destacando marcos significativos dessa trajetória e as

dinâmicas sociais que influenciaram a formação e a articulação do movimento local. A terceira seção, por sua vez, apresenta os principais desafios enfrentados pelo movimento em São Luís, analisando as barreiras sociais, políticas e culturais que dificultam o reconhecimento e a garantia dos direitos dessa população.

2 METODOLOGIA

Inicialmente, realizou-se uma revisão contínua e analítica da literatura em capítulos de livros, dissertações, teses, artigos de periódicos e demais produções científicas de nível nacional e internacional, com o objetivo de compreender a temática que norteia esta pesquisa, bem como as discussões sobre gênero, sexualidade e suas interseções.

Após essa etapa inicial de estruturação teórico-metodológica, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Maranhão (CEP/UFMA) por meio da Plataforma Brasil no dia 17 de março de 2023. No dia 23 de julho, o CEP/UFMA emitiu o parecer consubstanciado, indicando o número de aprovação: 6.196.413. Com a aprovação do Comitê de Ética, deu-se início à coleta dos dados primários.

Cabe ressaltar que, como grande parte das instituições não possui sede fixa e suas despesas são financiadas pelos próprios integrantes do movimento, obteve-se a autorização das lideranças por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), em formato impresso, contendo todas as informações sobre a condução da pesquisa, incluindo justificativa, objetivos, procedimentos de coleta, esclarecimento sobre possíveis danos e riscos decorrentes da participação, garantia de sigilo e privacidade dos participantes, além de outros direitos (Brasil, 2016). Após a leitura e concordância com as cláusulas do termo, o(a) participante e o pesquisador responsável assinaram manualmente o documento em duas vias.

Dessa forma, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com representantes de coletivos e instituições, tanto da sociedade civil organizada quanto do poder público, vinculados à pauta LGBTQIAPN+ na cidade de São Luís. Estas foram realizadas com lideranças ou representantes dessas organizações. O roteiro de entrevista continha dez perguntas abertas, com o objetivo de identificar as pautas defendidas, as articulações e os desafios enfrentados por essas instituições no cenário maranhense.

Em conformidade com as diretrizes éticas, as pessoas entrevistadas foram identificadas por letras do alfabeto em sequência. As instituições ou organizações pesquisadas foram: Associação das Travestis e Transexuais do Maranhão (AMANTRA); Grupo Gayvota; Grupo Lésbico do Estado do Maranhão; Centro *Drag*; Coletivo Área T; Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB; Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT); Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão e Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão. Embora o número total de

instituições participantes da pesquisa some nove, destaca-se que um dos entrevistados representou estas três últimas instituições distintas.

Para transcrever todas as entrevistas, optou-se pela transcrição do tipo não naturalista, que, conforme Guazi (2021), concentra-se no conteúdo verbal da entrevista, omitindo idiosincrasias da comunicação oral e informações contextuais. No entanto, manteve-se o uso de expressões idiomáticas e gírias presentes nas falas dos participantes.

Cabe ressaltar que o tratamento e a análise das entrevistas semiestruturadas foram realizados com base na análise qualitativa. Segundo Alves e Silva (1992), esse tipo de análise caracteriza-se por ser um processo indutivo, alinhado aos pressupostos da pesquisa qualitativa, cujo foco é captar os diferentes significados das experiências vividas e cotidianas dos sujeitos, considerando o contexto em que estão inseridos. Após as etapas de coleta, os dados obtidos foram tabulados nos programas *Excel* e *Word*. Em seguida, procedeu-se à sistematização dos resultados, organizando-os em quadros, tabelas e mapas cartográficos, elaborados no software de código aberto QGIS 3.4.14.

3 A MULTIESCALARIDADE DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+

O surgimento do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, assim como as lutas por reconhecimento, visibilidade social e direitos civis travadas por essa população são reflexos dos movimentos sociais internacionais que estabeleceram ao longo do século XX, especialmente na década de 1960. Esses movimentos, que incluíam as lutas feministas, antirracistas e da própria comunidade LGBTQIAPN+, embora possuísem pautas específicas, compartilhavam um objetivo comum: a busca por respeito, igualdade de direitos e deveres nas diferentes escalas geográficas e sociais (Martins; Silva, 2023). Sobre a trajetória do movimento LGBTQIAPN+, Canabarro (2015) destaca que:

Os movimentos políticos que desejavam lutar contra a visão criminosa ou pecaminosa da homossexualidade remontam a décadas anteriores. Entre os exemplos, conforme já exposto anteriormente, está a retirada do parágrafo 175, na Alemanha, travada por Hirschfeld. Outro exemplo é o movimento homófilo, na Europa e Estados Unidos, que reunia intelectuais produtores de pesquisa sobre o tema (Canabarro, 2015, p. 2).

O Movimento Homófilo (ou *Homophile Movement*, em tradução livre do inglês), mencionado por Canabarro (2015), também é conhecido como a cultura pré-liberação gay. De acordo com Gomes Filho e Melo (2014), o marco simbólico da transição do movimento homófilo para o movimento de liberação gay foi o confronto ocorrido em 28 de junho de 1969 no bar *Stonewall Inn*, localizado na cidade de Nova York.

Acerca deste evento, Blakemore (2021) destaca que o episódio de *Stonewall* foi um marco significativo na luta contra as operações policiais em bares, boates e clubes frequentados pela comunidade LGBTQIAPN+. Essas operações eram realizadas de maneira violenta, quando policiais invadiam os estabelecimentos, ameaçavam, agrediam funcionários e clientes e efetuavam prisões sob a justificativa de violação da “moral e dos bons costumes”. No entanto, os frequentadores e simpatizantes, cansados de contínuas humilhações e violência, resolveram reagir. O resultado foi um motim que se estendeu por vários dias, culminando na rebelião conhecida como a Revolta de *Stonewall*.

Esse levante foi caracterizado por protestos intensos e pelo uso de táticas mais confrontacionais, como a criação de jornais e boletins para divulgar os direitos de gays e lésbicas na época (Blakemore, 2021). Entre os participantes da revolta, dois nomes têm recebido reconhecimento tardio: as ativistas trans Marsha P. Johnson³ e Sylvia Rivera. Ambas desempenharam papéis importantes não apenas durante a Revolta de *Stonewall*, mas também na luta contínua pelos direitos LGBTQIAPN+, tornando-se figuras significativas na resistência e visibilidade trans.

A Revolta de *Stonewall* é reconhecida internacionalmente como o marco do Dia do Orgulho LGBTQIAPN+, originando as Paradas do Orgulho que celebram a diversidade e a luta por direitos. Este evento foi crucial para fortalecer a batalha pelos direitos da referida população em escala global. Conforme Dutra (2019, p. 6), o levante “tornou-se uma influência essencial para os países latino-americanos, no sentido de buscar respeito social, igualdade e a garantia de seus direitos”. No Brasil, durante o período da Revolta de *Stonewall*, o país vivenciava uma fase de intensa efervescência política e social devido à ditadura militar (1964-1985).

Sobre esse contexto, Marques (2016) destaca a influência do movimento estadunidense da década de 1960 para o Brasil, o qual foi gestado nos anos 1970 mesmo em um contexto político delicado e com extrema repressão. Semelhante aos Estados Unidos, no Brasil, desde a sua origem, o movimento LGBTQIAPN+ possui o paradigma de questionar o padrão cisheteronormativo como um problema que norteia a formação social, política e cultural do país e, portanto, engendra as matrizes de preconceito, violências e desigualdades de gêneros e sexualidades.

No contexto brasileiro, a literatura destaca que o Grupo de Afirmação Homossexual (SOMOS), fundado em 1978 em São Paulo, é reconhecido como pioneiro na luta pelos direitos LGBTQIAPN+, ao tratar a homossexualidade como uma questão política (Marques, 2016). Incorporando essa perspectiva ao movimento e promovendo debates para a formulação de políticas públicas, o SOMOS abriu caminho para mudanças significativas nos

³ Para conhecer mais sobre a trajetória e a relevância dessas duas personalidades para a história de *Stonewall* e do movimento LGBTQIAPN+, uma sugestão é assistir ao documentário de 2017, disponível na plataforma Netflix, chamado “A Morte e a Vida de Marsha P. Johnson”. Além disso, vale destacar que, em janeiro de 2024, foi realizada a primeira edição da Marsha Trans no Brasil, em comemoração aos 20 anos do Dia da Visibilidade Trans no país. O nome “Marsha” foi uma homenagem à ativista Marsha P. Johnson (Brasil de Fato, 2024).

valores da sociedade brasileira, trazendo visibilidade política aos desafios enfrentados pelas pessoas LGBTQIAPN+ (Estado do Maranhão, 2023a).

Além da criação do Grupo SOMOS, outro marco na história do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil foi o lançamento do Jornal Lampião da Esquina em 1978, no Rio de Janeiro. De acordo com Dutra (2019, p. 6), o periódico era independente e “voltado para a população LGBTQ, abordando diversos temas relacionados à sexualidade e exercendo influência nas manifestações daquele período”. O jornal discutia questões sociais e servia como um canal para denunciar violências LGBTQIAPN+fóbicas da época. Com publicação mensal, o Lampião da Esquina circulou de 1978 a 1981.

Outro periódico relevante para o desenvolvimento do movimento LGBTQIAPN+ no Brasil foi o Jornal ChanacomChana (1981) e o Boletim ChanacomChana (1982-1987). De acordo com Maia e Guzzo (2019), o jornal foi concebido pelo Grupo Ação Lésbica Feminista (1981-1990), que adotava o Ferro's Bar, um local de encontro de lésbicas, como ponto de venda. Contudo, os proprietários do bar se opuseram à venda do jornal e, após várias expulsões, as frequentadoras do estabelecimento, juntamente com outros ativistas LGBTQIAPN+, organizaram uma manifestação em 19 de agosto de 1983. Esse protesto culminou na revogação da proibição da comercialização do jornal e ficou conhecido como o “*Stonewall* brasileiro”, sendo posteriormente comemorado como o Dia do Orgulho Lésbico no Estado de São Paulo.

A partir dessas iniciativas, outros grupos começaram a se organizar, expandindo suas ações para além das regiões Sul e Sudeste, alcançando também as demais áreas do país. No Nordeste, por exemplo, a criação do Grupo Gay da Bahia (GGB) na década de 1980 foi fundamental para fortalecer o ativismo na região. O GGB foi o pioneiro nacional na luta contra a homofobia, ganhando reconhecimento internacional pela sua atuação, sobretudo pela publicação de relatórios anuais sobre assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ (Marques, 2016).

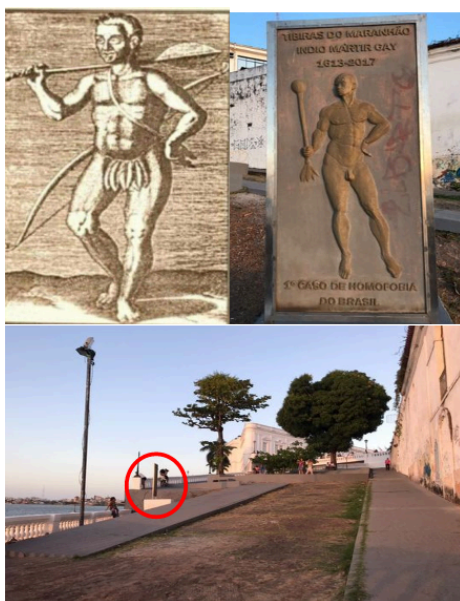
No Maranhão, o primeiro grupo de articulação LGBTQIAPN+ do estado foi o Grupo Tibira, fundado em 23 de novembro de 1993, na cidade de São Luís. A criação do grupo ocorreu na sede do Partido dos Trabalhadores (PT), sob a liderança de José Adailton Silva. Embora não houvesse um vínculo oficial com o PT, a formação do Grupo Tibira foi influenciada pela agenda política e pelas atividades de expansão do partido na região Nordeste (Estado do Maranhão, 2023a). Dito isso, a escolha do nome “Tibira” para o grupo faz referência ao primeiro caso documentado de LGBTfobia no Brasil, envolvendo o mártir indígena Tupinambá, reconhecido publicamente como Tibira – termo utilizado pelos indígenas para se referir aos sodomitas/homossexuais (Viegas, 2020). Sobre o assassinato de Tibira, Mott (1995) detalha que:

O Maranhão conserva uma triste precedência na história da intolerância do Brasil: em São Luís, logo no primeiro ano após a chegada dos franceses, exatamente em 1613, foi condenado à morte o primeiro homossexual de que se tem notícia em nossa história. Trata-se de um índio Tupinambá, Tibira, acusado de ser praticante contumaz do abominável pecado de sodomia. Para limpar a terra de tão execrando costume, o infeliz silvícola foi preso com o beneplácito dos Capuchinhos franceses e amarrado na boca de um canhão que, com o estourar do pelouro, espalhou seu corpo pela Baía de São Marcos. É o primeiro mártir gay registrado na história do Brasil (Mott, 1995, p. 62).

A brutalidade com que a vida de Tibira foi tirada revela o tratamento hostil com que as pessoas que desafiam o padrão heteronormativo foram (e ainda) são tratadas em uma sociedade que impõe a heterossexualidade como única e utiliza diversos mecanismos para excluir aqueles que transcendem a esse “padrão”. No entanto, existem vozes de resistência que garantem que histórias como a de Tibira não sejam esquecidas. Para marcar os 400 anos dessa cruel execução, o GGB em articulação com movimentos LGBTQIAPN+ do Maranhão conseguiram, em 2014, que o Governo do Estado erguesse uma placa em homenagem a Tibira.

Em dezembro de 2016, a placa em memória de Tibira foi instalada próxima ao local de sua execução, na Praça Marcílio Dias. Esta pequena praça está localizada ao lado do Palácio dos Leões (sede do Governo do Estado), na subida da Avenida Beira Mar em direção à Praça Pedro II. A Figura 1 apresenta um desenho da possível aparência de Tibira (parte superior esquerda), a placa em sua homenagem (parte superior direita) e uma foto panorâmica que indica, com um círculo vermelho, a localização exata da placa.

FIGURA 1 – Placa em homenagem ao indígena Tibira localizado na Praça Marcílio Dias (Centro Histórico de São Luís)



Fonte: Van Deursen (parte superior esquerda), 2021; Acervo pessoal, 2023.

Ao analisar as possibilidades de preservação da memória LGBTQIAPN+ no Maranhão, a placa em homenagem a Tibira (e todos aqueles que tiveram suas vidas ceifadas pela LGBTQIAPN+fobia, sendo chamados de Tibiras) representa um potencial marco para a cidade de São Luís, podendo transcender sua função memorial para integrar um roteiro turístico educativo. A relevância histórica desse marco dialoga diretamente com a trajetória do Grupo Tibira, que, apesar de não ter oficializado sua criação por vias legais, o grupo é reconhecido pelas lideranças locais como o primeiro grupo LGBTQIAPN+ do Maranhão, devido às suas ações e articulações.

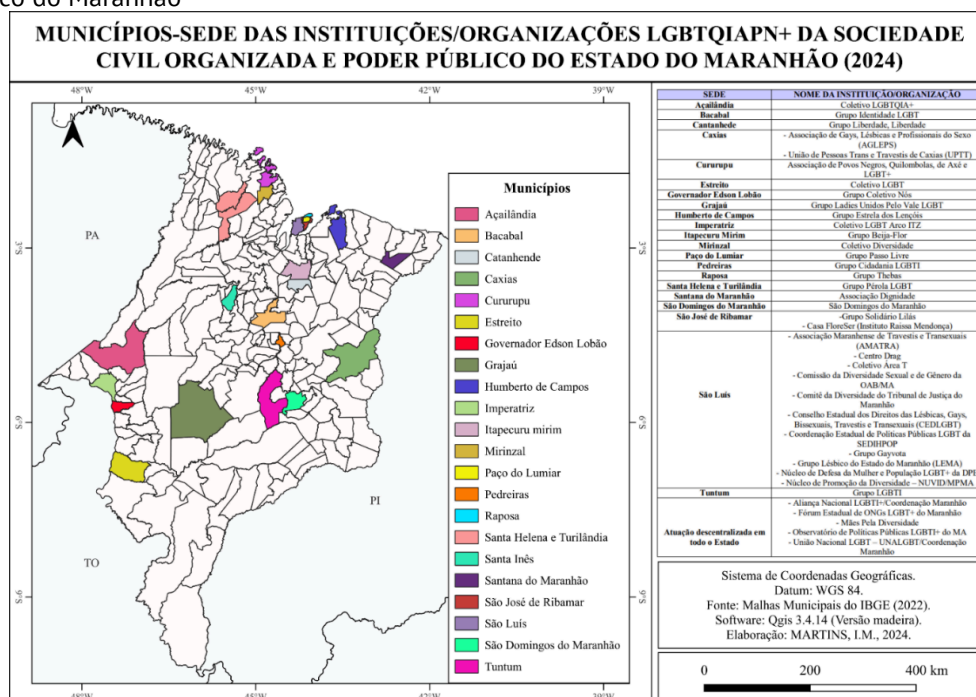
As atividades principais do coletivo incluíram: participação em eventos regionais e nacionais; campanhas de prevenção contra HIV/AIDS, colaborando com o Programa DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de São Luís; participação na fundação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) em 1995 e na 17ª Conferência Mundial da Associação Internacional de Gays e Lésbicas, realizada em 1995, no Rio de Janeiro (Estado do Maranhão, 2023a).

A dissolução do Grupo Tibira, em 2002, após nove anos de atividade, revela os desafios inerentes à sustentabilidade dos movimentos sociais, especialmente em contextos de pioneirismo. A tentativa subsequente de reorganização através da Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais no Maranhão (OCDH) teve pouco progresso nos avanços das pautas LGBTQIAPN+, sendo posteriormente desfeita (Martins, 2016). Este processo histórico de estruturação do movimento LGBTQIAPN+ maranhense reflete a complexidade da organização política de grupos marginalizados, permeados por conquistas significativas e descontinuidades que compõem a trajetória coletiva da luta por direitos para esta população.

3.1 VOZES E RESISTÊNCIAS: MAPEANDO O MOVIMENTO LGBTQIAPN+ NO MARANHÃO

É necessário ressaltar que o pioneirismo do Grupo Tibira facilitou o surgimento de outras organizações da sociedade civil e do poder público, que atualmente somam mais de 30. O mapa da Figura 2 ilustra a distribuição geográfica dessas instituições pelos diversos municípios do Maranhão.

FIGURA 2 – Municípios-sede das instituições/organizações LGBTQIAPN+ da Sociedade Civil Organizada e do Poder Público do Maranhão



Fonte: Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2024.

Em relação às mesorregiões geográficas, os municípios maranhense estão localizados e distribuídos da seguinte forma (IBGE, 2018): Norte (Cururupu, Mirinzal, Paço do Lumiar, Raposa, São Luís, São José de Ribamar, Humberto de Campos, Santa Helena/Turilândia⁴, Itapecuru-Mirim e Cantanhede); Oeste (Açailândia, Imperatriz, Governador Edison Lobão, Santa Inês e Pindaré-Mirim); Centro (Grajaú, Tuntum, Pedreiras, Bacabal, São Domingos do Maranhão); Leste (Santana do Maranhão e Caxias); e Sul (Estreito).

Verifica-se que, em cada mesorregião, há pelo menos uma organização LGBTQIAPN+, com a maior concentração na porção norte do estado e a menor no sul. A predominância de organizações no norte pode ser atribuída à presença da capital, São Luís, nessa área, exercendo influência sobre os municípios adjacentes, bem como, porque o interior do estado ainda guarda marcas mais resistentes do conservadorismo político e social. Contudo, muitas atividades, encontros e reuniões são realizados em São Luís, exigindo que os líderes das instituições de outros municípios se desloquem até a capital. Este processo é frequentemente dificultado pela extensão territorial do Maranhão e pelos custos associados ao traslado, que são frequentemente arcados pelos próprios representantes.

Esses fatores, em diversas situações, impedem a participação efetiva de algumas instituições e, conseqüentemente, afetam a coordenação conjunta entre todos os

⁴ Segundo o IBGE (2018), Turilândia faz parte da região oeste, ao contrário de Santa Helena que está na mesorregião norte. No entanto, como o grupo Pérola LGBT abrange dois municípios vizinhos optou-se por considerar ambos como parte da região norte.

movimentos sociais dessa causa. Portanto, essas e outras disparidades no movimento LGBTQIAPN+ maranhense precisa ser estudadas para pensar em soluções viáveis que possibilitem uma melhor coordenação entre o movimento.

Dando continuidade a essas considerações, é relevante mencionar que, como a pesquisa se concentra na cidade de São Luís, os próximos subtópicos apresentam as organizações LGBTQIAPN+ sediadas na capital maranhense que foram entrevistadas. Observa-se que a maioria dessas organizações não possui sede própria, o que está relacionado ao processo de sua fundação. Os relatos sobre a origem dessas instituições são semelhantes, dado que muitas começaram como pequenos grupos de membros que cresceram ao longo do tempo.

Além disso, todas as organizações entrevistadas são baseadas no trabalho voluntário e não possuem um processo seletivo específico para a admissão de novos membros, nem outros mecanismos de filiação. O interesse, a disponibilidade e o comprometimento da pessoa (independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero) em contribuir com a instituição são fatores determinantes para que ela possa se juntar e colaborar com a causa.

3.1.1 ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

A Associação Maranhense de Travestis e Transexuais (AMATRA) foi criada em 5 de maio de 2014, durante o Encontro Estadual de Travestis e Transexuais, por remanescentes da extinta Associação de Travestis do Maranhão – ATRAMA. A ATRAMA foi fundada por Sabrina Drumond (considerada pioneira na luta por direitos das travestis no Maranhão) e Andressa Sheron. A instituição iniciou suas atividades em 2005, no entanto, em 2009, Sabrina Drumond, foi brutalmente assassinada, vítima de transfobia. Com o falecimento de Sabrina, a ATRAMA foi dissolvida devido a conflitos internos e disputas por poder (AMATRA, 2023).

Essas dificuldades levaram à criação da AMATRA, que, mesmo sem registro legal formal, atua nas questões relacionadas à população trans. Atualmente, a instituição continua buscando a construção e implementação de políticas públicas. Destaca-se que a AMATRA no decorrer da sua atuação conseguiu conquistas importantes, como a retificação de gênero e nome, e o uso do nome social no cartão do SUS. Contando com o apoio de movimentos nacionais como FONATRANS e ANTRA, a AMATRA tem promovido avanços para a população T em todo o Brasil. Suas atividades são divulgadas no *Instagram* (@amatramaranhao) e no *Facebook* (AMATRA Maranhão).

3.1.2 GRUPO GAYVOTA

O Grupo Gayvota foi fundado em 24 de julho de 2003, em São Luís, por membros que se desvincularam da Organização dos Direitos e Cidadania dos Homossexuais. Uma das pautas defendidas pelo grupo tem sido a criação e execução de políticas públicas LGBTQIAPN+ locais e estaduais em colaboração com outras organizações similares. O Grupo incentiva outros municípios maranhenses a formarem seus próprios grupos e lideranças LGBTQIAPN+. Desde sua fundação, tem promovido discussões relevantes para o movimento LGBTQIAPN+, contribuindo para o surgimento de coletivos como AMATRA e Grupo LEMA (Estado do Maranhão, 2023a).

A Gayvota possui a maior rede de articulações no estado e é filiado a várias instituições, incluindo o Fórum de ONGs LGBTI+ do Maranhão, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), Conselho Municipal de Saúde de São Luís e Fórum AIDS/HIV (Estado do Maranhão, 2023a). Entre suas conquistas, estão a realização da primeira Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Luís em 2006 e a criação do Centro de Referência LGBT Janine Rhandall, que oferece serviços sociais, jurídicos, psicológicos e de orientação. O grupo também atua digitalmente através do *Instagram*: @grupogayvota.

3.1.3 GRUPO LÉSBICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Grupo Lésbico do Estado do Maranhão (LEMA) foi oficialmente fundado e registrado em 1º de agosto de 2006 no Cartório Cantuário de Azevedo, localizado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas, na cidade de São Luís, Maranhão. O Grupo LEMA tem como objetivo fomentar atividades focadas em áreas como saúde, direitos humanos, educação, defesa de direitos e apoio às mulheres lésbicas e bissexuais do Maranhão através de seminários, cursos, palestras, treinamentos, oficinas e a criação e implementação de projetos (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2023a).

Entre as principais conquistas do grupo está o constante engajamento na luta pelos direitos da população lésbica e bissexual, promovendo o empoderamento dessas mulheres e enfrentando diversas formas de violência. Esse empoderamento, sob uma perspectiva feminista, visa libertar as mulheres das correntes da opressão patriarcal e de gênero, permitindo-lhes construir sua autodeterminação (Sardenberg, 2006).

3.1.4 CENTRO DRAG

O Centro de Direitos Humanos, Respeito e Ativismo Gay (Centro Drag) foi fundado em 2006 por moradores dos bairros Liberdade, Fé em Deus e Monte Castelo. Em 2012, o grupo adotou o nome atual e, assim como outras organizações, não possui uma sede própria. A

promoção do conhecimento é uma das principais pautas defendidas pela instituição. Um meio para manter o diálogo sobre questões relacionadas aos direitos humanos é por meio das rodas de bate-papo. Com a pandemia de Covid-19 em 2020, esses encontros passaram a ser realizados virtualmente, através do *WhatsApp*, com participação de representantes de outros coletivos, inclusive de diferentes estados do Brasil, participavam dessas rodas. Além disso, o grupo tem buscado implementar uma abordagem abrangente das pautas LGBTQIAPN+, destacando a integração com o movimento nacional e considerando as demandas da comunidade.

3.1.5 COLETIVO ÁREA T

O Coletivo Área T foi fundado em meados de 2019, originalmente sob o nome TransBazar Slz. Inicialmente, o foco do projeto era a venda de roupas e acessórios com o objetivo de arrecadar fundos para apoiar a retificação de gênero e nome das pessoas trans. No entanto, a pandemia de COVID-19 interrompeu os planos iniciais, impossibilitando a utilização imediata dos recursos arrecadados.

Atualmente, o Coletivo Área T funciona como um projeto guarda-chuva, com o objetivo de divulgar e apoiar diversas outras iniciativas. O coletivo adota uma abordagem inclusiva e interconectada em relação à população LGBTQIAPN+, destacando o foco nas pessoas trans e travestis, mas também reconhecendo a importância de trabalhar de forma conjunta com outros segmentos da comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, o coletivo mantém um perfil no *Instagram* (@coletivoareat), onde compartilha suas ações e atividades.

3.1.6 COMISSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA OAB/MA

A Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), seccional Maranhão, foi instaurada em 2016, localizada na rua Dr. Pedro Emanuel de Oliveira, nº 01, bairro Calhau, em São Luís. De natureza consultiva, a comissão integra o Conselho Nacional da OAB. Não há limite máximo de membros na Comissão, que é composta por uma diretoria com presidente, vice-presidente, primeiro e segundo secretário, além de membros consultivos (representantes da sociedade civil organizada e outros interessados) e membros técnicos (advogados inscritos na OAB) (Estado do Maranhão, 2023d).

A Comissão está comprometida com a defesa dos direitos da população LGBTQIAPN+ no âmbito da advocacia. Desenvolve um trabalho conjunto com outras instituições e aliados para combater a violência e a discriminação LGBTfóbica. Tal colaboração inclui órgãos do poder público, visando garantir o respeito e a efetivação dos direitos das pessoas LGBTQIAPN+. Sem esta garantia básica, torna-se inviável articular políticas públicas ou lutar por direitos mais amplos e eficazes para essa população.

3.1.7 OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO

O Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão foi criado em 15 de junho de 2020 devido aos desafios do isolamento social durante a pandemia de COVID-19. Seu objetivo é construir indicadores sobre as políticas públicas voltadas para a comunidade LGBTI+ nos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e fomentar o debate público, dar visibilidade às demandas desse segmento, produzir dados para subsidiar políticas públicas e fortalecer a participação da sociedade civil (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2024).

Em parceria com outras instituições LGBTQIAPN+ estaduais, o Observatório elabora os Boletins Anuais da Violência Letal LGBTI+ do Maranhão, fornecendo subsídios para políticas públicas eficazes e monitoramento da situação dessa população. Atualmente, o Observatório está localizado na rua da Cruz, número 52, no Centro Histórico de São Luís e compartilha suas ações e atualizações pelo *Instagram* (@observatoriolgbtima) e pelo *site* (<https://observatoriolgbtima.com.br/>) (Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão, 2024).

3.1.8 FÓRUM ESTADUAL LGBTI+ DO MARANHÃO

O Fórum Estadual LGBTI+ do Maranhão começou suas atividades em 2005 com o objetivo de articular, mobilizar e fortalecer as organizações da sociedade civil, além de influenciar nas instâncias de decisão política para garantir a implementação de políticas públicas e ações de combate à LGBTQIAPN+fobia.

Atualmente, 20 instituições LGBTQIAPN+ participam do Fórum, representando municípios como Caxias, Bacabal, São Luís, Grajaú, Turilândia/Santa Helena, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Raposa, São Domingos do Maranhão, Governador Edson Lobão, Itapecuru, Pedreiras, Humberto de Campos e Cantanhede (Estado do Maranhão, 2023). A coordenação colegiada do Fórum é composta por quatro coordenadores e como principais conquistas do Fórum, destaca-se a criação do Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão.

3.1.9 CONSELHO ESTADUAL DE DIREITOS LGBT+ DO MARANHÃO

O Conselho Estadual de Direitos LGBT+ do Maranhão (CEDLGBT) foi instituído em 2016 pelo então governador do Estado do Maranhão, Flávio Dino de Castro e Costa. O CEDLGBT é uma entidade mista, que representa tanto a sociedade civil quanto o poder público, sendo constituído por 16 conselheiros titulares (oito da sociedade civil e oito do poder público), além de 16 conselheiros suplentes.

O conselho possui presidência rotativa, alternando entre representantes da sociedade civil e do poder público anualmente, com um mandato total de dois anos. A principal função

do CEDLGBT é emitir pareceres em casos de demandas do Estado ou da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), além de promover o diálogo institucional com a sociedade civil. Sua abordagem é caracterizada como diplomática e articuladora, buscando o consenso e a colaboração entre os distintos atores envolvidos (Estado do Maranhão, 2023b).

No contexto da elaboração de políticas públicas, o Conselho, em parceria com outras entidades dedicadas à mesma causa, desenvolveu o Plano Estadual de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão (2022-2032). O documento está disponível para consulta pública na Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão – Participa Maranhão. Este plano representa um avanço significativo na operacionalização das políticas públicas direcionadas à população LGBTQIAPN+ no Maranhão (Estado do Maranhão, 2023c).

4 QUESTÕES DA PAUTA LGBTQIAPN+ NO MARANHÃO: PERSPECTIVAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais constituem-se como processos coletivos de ação sociopolítica, caracterizados por estratégias organizativas que visam à transformação social e à ressignificação de estruturas de poder. Na contemporaneidade, esses movimentos operam em redes multiescalares, articulando dimensões locais e globais, e apropriando-se de tecnologias comunicacionais para ampliar sua capacidade de alcance, mobilização e resistência política (Gohn, 2011).

Nesse cenário, o movimento LGBTQIAPN+ emerge como um paradigmático exemplo de movimento social, mobilizando estratégias de ação coletiva para contestar estruturas normativas de gênero e sexualidade. Sua atuação transcende a simples reivindicação legal, constituindo-se como um processo de ressignificação sociopolítica que desafia padrões heteronormativos, produz visibilidade para corpos e existências marginalizadas e articula demandas em múltiplas escalas – do local ao transnacional.

No íterim dessa questão, discutir o movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão é atravessar múltiplas camadas e, por considerar a complexidade dessas discussões, selecionaram-se pontos-chave das entrevistas para delinear as principais dificuldades enfrentadas na defesa e representação da população, bem como as estratégias para avançar na luta pelos direitos e na implementação de políticas públicas. Entre os questionamentos levantados, o primeiro buscou identificar os obstáculos históricos e estruturais enfrentados pela referida população. Nesse sentido, a entrevistada A destacou o preconceito e os estereótipos historicamente associados da população LGBTQIAPN+, sobretudo a sigla T, à AIDS⁵:

⁵Segundo a UNAIDS (2017, p. 31), AIDS é uma síndrome de infecções e doenças oportunistas que surgem com o avanço da imunossupressão causada pelo HIV. O HIV é um vírus, enquanto a AIDS é uma síndrome clínica. Sendo assim, recomenda-se usar “pessoa vivendo com HIV” em vez de “pessoa com AIDS”.

Aí foi que a gente começou a questão de a gente usar o processo do programa IST/AIDS pra estar com elas no campo, porque tudo que tinha daquela época de movimento trans tinha a ver com a AIDS. **Parecia que a gente era a bandeira da AIDS.** Já estava chato de encontro e chegava lá e só falavam de AIDS. **Isso foi um processo que foi mudando até hoje em dia, que eles não associam mais a AIDS com a gente** (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02, grifo nosso).

A respeito da AIDS, Sousa, Ferreira e Sá (2013) mencionam que, inicialmente, ela foi rotulada como “câncer gay”. Essa expressão pejorativa foi difundida com o intuito de reforçar a discriminação e o estigma contra as pessoas mais vulneráveis, especialmente as pessoas trans e travestis. Quando a entrevistada A menciona que, atualmente, os serviços de saúde não associam mais automaticamente pessoas trans e travestis à AIDS, isso representa um avanço significativo que é fruto das lutas desse movimento social. Bento (2017), por sua vez, reforça que a despatologização das identidades trans e a luta contra o estigma da AIDS são batalhas complementares que visam retirar do corpo trans o peso da abjeção e da doença.

Apesar dos avanços, ainda persistem resquícios de pensamentos retrógrados, evidenciando a necessidade contínua de luta dos movimentos sociais por maior compreensão e aceitação. Somado a essa questão, a disseminação de preconceitos e atos discriminatórios contra a população LGBTQIAPN+ é frequente e explicitamente incentivada por grupos ditos como conservadores e ultraconservadores, que propagam discursos de ódio. No tocante a esse ponto, o entrevistado B ressalta que:

Olha, eu acho que tem um fenômeno que é contemporâneo, na verdade, ele é histórico, mas ele se agudizou na contemporaneidade que é o **conservadorismo**. Tanto em parte de colegas também, né? É **principalmente o conservadorismo alicerçado numa perspectiva religiosa**. Eu tenho percebido que isso tem crescido muito. Então, as lideranças têm seguido essa perspectiva conservadora. Então, o que acontece? A política que é gestada, a legislação, as nossas câmaras, as assembleias, que são de onde saem às leis e é com quem a gente faz incidência política são extremamente conservadores. E **na época do governo do Bolsonaro isso se agudizou de tal forma que as portas estavam completamente fechadas**. O ódio foi chancelado naquela época. Então, eu acho que claro que a gente **tem outros entraves: preconceito, a questão cultural, a questão religiosa, mas esses elementos todos eles alicerçaram uma onda conservadora reacionária muito grande e que se materializou. Ela está, inclusive, institucionalizada** (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10, grifo nosso).

Quando o entrevistado B menciona o recrudescimento do conservadorismo e sua influência na política institucional, sua fala alinha-se ao que Miskolci e Campana (2017) pensam sobre a retórica contra a chamada “ideologia de gênero”, a qual representa uma

articulação política organizada que mobiliza setores conservadores contra os avanços nas pautas LGBTQIAPN+. Segundo eles, esse fenômeno se intensificou nos últimos anos e se materializou em ações concretas dentro das esferas legislativas e executivas, tentando criar barreiras institucionais à implementação de políticas públicas voltadas para essa população.

No cenário político brasileiro recente, o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022) intensificou a perseguição a grupos vulneráveis, especialmente à população LGBTQIAPN+, com retrocessos nos direitos sociais desse segmento. Apesar de não estar mais no poder, Bolsonaro e seus aliados continuam a promover uma “retórica anti-LGBTQIAPN+”, utilizando redes sociais e outros meios audiovisuais para disseminar discursos de ódio contra essa população. O constante ataque aos LGBTQIAPN+ evidencia que a institucionalização do ódio é histórica e estrutural e, com isso, reverbera-se na tentativa de bloqueios institucionais a avanços nos direitos da população em tela. Acrescenta-se a essa discussão, o desinteresse e a omissão dos poderes públicos em relação a essa população e esse ponto é claramente destacado na fala do entrevistado G:

Visibilidade, a sensibilidade de fato de garantir os nossos direitos através do **Estado e do município e acabam sendo omissos**, né? Virando as costas e não aceitando e sempre nos deixando de lado. Há políticas públicas para pessoas com deficiência, para as pessoas negras, para as indígenas e quilombolas e por aí vai, mas **quando chega na pauta LGBT tem essa resistência** e a gente sempre ouve: “vamos deixar pra depois”; “depois a gente conversa”; “eu volto aqui, amanhã” e nunca acaba acontecendo a efetivação das nossas políticas públicas saírem do papel (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

O relato do entrevistado G, sobre a constante postergação das políticas públicas para a população LGBTQIAPN+, dialoga com Mello, Brito e Maroja (2012), quando estes identificam que muitas iniciativas governamentais voltadas para a população LGBTQIAPN+ permanecem no plano meramente discursivo, sem receber os recursos necessários para sua efetivação. Eles observam que, frequentemente, tais políticas enfrentam resistências burocráticas e orçamentárias que não ocorrem na mesma intensidade com políticas destinadas a outros grupos, evidenciando uma hierarquização nas prioridades estatais. Dessa forma, a omissão e a secundarização da pauta LGBTQIAPN+ por parte do Estado são fatores externos que dificultam o avanço na criação e execução de políticas públicas efetivas para essa população. Além dos desafios externos, o entrevistado G também destacou a existência de problemas internos:

A **principal barreira está dentro do próprio movimento**. Porque existe uma **construção masculina**, que ela é muito forte, então, os homens naturalmente pela nossa construção; a gente tem aquele

desejo da posse, do ego, da disputa de força, força física mesmo, inclusive, em algum momento, a gente tem vários relatos de briga, inclusive de momentos públicos de pessoas brigando, né? Além dessa construção masculina, eu vejo que se a gente quer trabalhar falta de segurança, por exemplo, e envia o mesmo ofício para o poder público solicitando, a gente vai fazer **interlocuções diferentes** e a gente vai estar dividindo a energia do poder público e o **poder público por ver essa desorganização da gente, eles não vão levar pauta a sério**. Então **precisa ter união**, mas é comum a gente ver duas organizações que querem lutar por uma pauta, mas elas querem lutar do seu jeito (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

A reflexão do entrevistado G aponta as tensões internas do movimento, especialmente relacionadas à “construção masculina”. Esta encontra ressonância nas análises de Facchini (2005), sobre a formação e dinâmica do movimento LGBTQIAPN+ brasileiro. A autora em tela observa que a pluralidade de identidades, estratégias e metodologias de ação política frequentemente resultam em fragmentações as quais, como apontado pelo entrevistado, podem ser exploradas pelo poder público como justificativa para a inação. Apesar desses conflitos não serem exclusivos do movimento LGBTQIAPN+, eles fazem parte do processo de amadurecimento político de movimentos sociais complexos e diversificados.

Sendo assim, a ausência de organização efetiva e as divergências de métodos entre organizações com objetivos semelhantes comprometem a eficácia das ações coletivas. Esses desafios também foram reforçados pelo entrevistado F:

A **sobreposição de uma pauta** sobre a outra que existe nos movimentos sociais ainda é uma barreira que a gente enfrenta. Eu acho que **deveria ser mais conjunto, uma forma mais integrativa onde todo mundo participa, delibera**. Infelizmente ainda **existem essas rupturas em movimentos sociais e isso acaba afastando muita gente**. Eu acho que essa é a nossa dificuldade. A desinformação também combate, entre outras facetas de dificuldade (Entrevista feita no dia 09 de janeiro de 2024, às 16h13, grifo nosso).

A sobreposição de pautas e a ausência de uma abordagem integrativa, conforme apontado pelo entrevistado F, reflete o que Facchini (2005) caracteriza como “microterritórios de poder dentro do próprio movimento social”. Estes microterritórios, longe de fortalecerem a causa, acabam por enfraquecer o potencial coletivo de transformação social. A entrevistada A aponta que, além da sobreposição de pautas, os reflexos da masculinidade dentro do movimento também impactam diretamente a representação política e social de pessoas trans e travestis:

Os **espaços que são nossos são ocupados pelos homens gays, desde a política até na base**. As falas... às vezes, eles querem falar por nós. **Nós temos que falar por nós mesmos, né?** Parou disso. E

quando eles veem que a gente não tem fala, eles [estão] lá nas salas, ocupando a política em cima da gente né? A dificuldade também é a política (Entrevista feita no dia 25 de fevereiro de 2024, às 9h02, grifo nosso).

Nota-se que as hierarquias internas presentes no movimento se manifestam de forma particularmente contundente na experiência de mulheres trans e travestis. A ocupação majoritária dos espaços políticos e de base por homens gays, como relatado pela entrevistada A, evidencia o que Bento (2017) denomina como reprodução da cisnormatividade dentro dos próprios espaços de militância. Esta dinâmica espacial do poder reforça estruturas de silenciamento que acabam por marginalizar determinadas identidades, mesmo em ambientes supostamente inclusivos. Diante dessa problemática, reforça-se a importância da representatividade e da ocupação ativa de espaços, especialmente os de poder, por pessoas trans e travestis, pois é através da diversidade presente nesses locais que se pode avançar na luta por direitos.

Além das dificuldades relatadas, o entrevistado E destacou a questão financeira e a disponibilidade das pessoas para atuar de forma consistente nos espaços de luta. Outro ponto levantado foi o processo de escolha de indivíduos para ocupar cargos públicos. Sobre isso, o entrevistado G pontuou que:

O processo político é um processo que nem sempre coloca pessoas sensíveis no lugar certo. Às vezes é muito pela negociação, então você coloca numa secretaria **uma pessoa que não é da pauta.** Então isso fragiliza e também tem a questão do orçamento público. Então o orçamento público ele não dá visibilidade para a pauta dos direitos humanos como deveria ter. Ele coloca pra outras pautas (Entrevista feita no dia 04 de agosto de 2023, às 08h32, grifo nosso).

A representatividade nos espaços institucionais emerge como outro desafio crucial. Segundo Santos (2000), a dimensão espacial das políticas públicas revela como o poder se distribui territorialmente, afetando diretamente a efetividade das ações governamentais. Esta perspectiva dialoga diretamente com a experiência relatada pelo entrevistado G sobre os processos políticos que frequentemente posicionam pessoas não sensibilizadas com a pauta LGBTQIAPN+ em posições estratégicas de decisão.

Diante desse cenário, uma das lutas constantes do movimento é assegurar a criação de políticas de Estado que garantam a continuidade das ações desenvolvidas, evitando que fiquem vulneráveis às mudanças nas políticas de governo ou às oscilações políticas conjunturais. Oliveira (2011) esclarece que, enquanto as políticas de governo são transitórias, as políticas de Estado envolvem múltiplas agências estatais, tramitam pelo

Parlamento e resultam em mudanças normativas com impacto mais abrangente na sociedade.

Paralelamente, outra dificuldade apontada nas entrevistas é o quanto distanciamento dos jovens representa outro desafio significativo. O entrevistado G observa que muitos jovens demonstram desinteresse pela política LGBTQIAPN+, presumindo não necessitarem dela, porém, quando vitimados por agressões ou violações de direitos, invariavelmente recorrem aos movimentos sociais: “Quando ocorre uma agressão, uma violação de seus direitos, tanto físicos quanto morais, a quem recorrem? Aos movimentos sociais” (Entrevista realizada em 04 de agosto de 2023, às 08h32).

Esta contradição revela uma tensão entre as conquistas já alcançadas e a necessidade de mobilização permanente, gerando a falsa percepção de que os direitos já estão plenamente consolidados. Reconhecendo esta problemática, o entrevistado B também enfatizou a urgência de engajar a juventude no movimento, formar novas lideranças e manter viva a chama da luta por direitos:

A gente precisa ver o debate que está posto na contemporaneidade e introduzir a agenda para dentro do grupo do Gayvota, da organização do grupo Gaivota. Inclusive, **trazendo a juventude, formando novos quadros e retroalimentando.** Trabalhar com maturidade, o conhecimento acumulado de quem já está há muito tempo, mas também trazer o vigor e a quem está acompanhando o debate contemporâneo que está aí surgindo agora (Entrevista feita no dia 16 de dezembro de 2023, às 15h10, grifo nosso).

A proposta do entrevistado B, de cada vez mais integrar o conhecimento acumulado com as perspectivas contemporâneas, constitui um caminho possível para fortalecer o movimento LGBTQIAPN+ maranhense. Em síntese, o referido movimento encontra-se diante do desafio de reinventar-se continuamente, construindo pontes entre gerações, identidades e pautas diversas, sem perder de vista o horizonte comum da luta por dignidade e direitos. Como sugere Massey (2008), os espaços são sempre produtos inacabados de relações em curso, abertos a novas possibilidades e configurações. Nesse sentido, os desafios identificados podem ser compreendidos não somente como obstáculos, mas como oportunidades para a construção de um movimento LGBTQIAPN+ maranhense mais inclusivo, solidário e politicamente organizado. Como sugere a experiência dos ativistas entrevistados, mais do que ocupar espaços, é preciso transformá-los qualitativamente, construindo relações de poder mais representativas da diversidade que constitui o movimento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pesquisa observou-se, através das experiências relatadas pelas pessoas entrevistadas e as reflexões teóricas, que os desafios enfrentados pelo movimento LGBTQIAPN+ no Maranhão se manifestam em múltiplas dimensões: histórica, institucional, política e organizacional. Esses desafios são multifacetados e dividem-se entre obstáculos externos e internos que impactam diretamente a efetividade das ações coletivas.

No plano externo, destacam-se a influência do conservadorismo religioso e político, a ocupação de cargos públicos por pessoas não sensíveis à pauta LGBTQIAPN+ e a precariedade institucional do reconhecimento de direitos, sempre ameaçados por retrocessos. A ausência de políticas de Estado consolidadas, somada à insuficiência orçamentária para políticas específicas, reflete a secundarização dessas demandas nas prioridades estatais, comprometendo a implementação de ações continuadas e efetivas. Internamente, o movimento enfrenta questões estruturais como a desorganização, a falta de comunicação eficaz entre os diferentes grupos e a sobreposição de pautas que fragmentam as ações coletivas. Além disso, o impacto das estruturas de masculinidade reproduz hierarquias dentro do próprio movimento.

Para enfrentar esse complexo cenário, torna-se necessário o desenvolvimento de políticas de Estado que garantam a continuidade das ações independentemente das oscilações políticas conjunturais. A ocupação estratégica de espaços institucionais por pessoas comprometidas com a pauta LGBTQIAPN+ e a descentralização política e administrativa do movimento podem ampliar sua representatividade e alcance territorial. Simultaneamente, o engajamento da juventude mostra-se como importante para a renovação das estratégias de mobilização e a continuidade histórica das lutas.

Por fim, é crucial que o poder público assuma um papel mais ativo, priorizando a pauta LGBTQIAPN+ em suas agendas, garantindo recursos adequados para políticas públicas inclusivas e promovendo a participação efetiva da população LGBTQIAPN+ na formulação, implementação e avaliação dessas políticas. A superação desses desafios exige transformações nas estruturas sociais e institucionais e um contínuo fortalecimento interno do movimento sem perder de vista a diversidade que o constitui.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO MARANHENSE DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS – AMATRA. Quem somos. **Blog**. 2024. Disponível em: <https://ongamatra.wordpress.com/quem-somos/>. Acesso em: 14 set. 2024.

BENTO, B. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BLAKEMORE, E. Revolta de Stonewall deu origem ao movimento atual pelos direitos LGBTQ+. **National Geographic**, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/cultura/2021/06/gay-lgbt-revolta-de-stonewall-movimento-atual-pelos-direitos-lgbtqia>. Acesso em: 14 nov. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho nacional de saúde. Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 maio 2016.

CANABARRO, R. História e direitos sexuais no Brasil: o movimento LGBT e a discussão sobre a cidadania. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA REGIONAL, 2., 2015, Passo Fundo. **Anais eletrônicos [...]**. Passo Fundo-RS: Universidade de Passo Fundo, 2015. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/historiaedireitoscanabarro.pdf>. Acesso em: 29 maio 2024.

CARVALHO, E. O qualira, o baitola e a rapariga de Tutóia. **Blog**, 2016. Disponível em: <https://poetaelmar.blogspot.com/2016/03/o-qualira-o-baitola-e-rapariga-de-tutoia.html>. Acesso em: 14 set. 2024.

DUTRA, L. A. Política social e a luta do movimento LGBTQ no Brasil: conquistas e desafios. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS: civilização ou barbárie, centenário de Luxemburgo, uma rosa vermelha para a democratização socialista, 9., 2019, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2019. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaold_312_3125cbb54147d07c.pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado da Saúde. Superintendência de Atenção Primária em Saúde. **Portaria/SES/MA nº 536, de 22 de maio de 2023**. Institui a Política Estadual de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (LGBTI+) do Maranhão. São Luís: Secretaria de Estado da Saúde, SES, 2023a.

ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP. **Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT)**. 2023b. Disponível em: <https://sedihpop.ma.gov.br/programas-ou-campanhas/conselho-estadual-dos-direitos-das-lesbicas-gays-bissexuais-travestis-e-transexuais>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ESTADO DO MARANHÃO. Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP. Plano Estadual de Políticas Públicas para a população LGBTI+. 2023c. **Participa Maranhão**: Plataforma Digital de Participação Popular do Maranhão. Disponível em: <https://participa.ma.gov.br/plano-estadual-de-politicas-publicas-para-a-populacao-lgbti#>. Acesso em: 16 maio 2024.

ESTADO DO MARANHÃO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Apresentação. **Portal do Poder Judiciário**. 2023d. Disponível em: <https://www.tjma.jus.br/midia/diversidade/pagina/hotsite/500838>. Acesso em: 30 jun. 2024.

FACCHINI, R. **Sopa de letrinhas?**: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

GOHN, M. da G. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16 n. 47, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2025.

GOMES FILHO, A. S.; MELO, M. A. S. Análise histórica do movimento LGBT mundial: do movimento homófilo a liberação gay nos Estados Unidos. *In*: COLÓQUIO NACIONAL REPRESENTAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES (CONAGES), 10., 2014, Campina Grande. **Anais eletrônicos [...]**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/5686>. Acesso em: 30 maio 2024.

GOMES, J. C.; ZENAIDE, M. de N. T. A trajetória do movimento social pelo reconhecimento da cidadania LGBT. **#Tear: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia**, Canoas, v. 8, n. 1, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/tear/article/view/3402>. Acesso em: 18 jan. 2025.

GUAZI, T. S. Diretrizes para o uso de entrevistas semiestruturadas em investigações científicas. **Revista Educação, Pesquisa e Inclusão**, v. 2, 2021. DOI: 10.18227/2675-3294repi.v2i0.7131. Disponível em: <https://revista.ufrb.br/repi/article/view/e202114>. Acesso em: 25 mar. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Regiões de Influência das Cidades – Regic**, 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

JESUS, J. G. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. 2. ed. rev. e ampl. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadesexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2024.

MAIA, M.; GUZZO, L. LGBT e universidade: conheça a história, ações e pesquisas da UFU. **Portal de Notícias da Universidade Federal de Uberlândia**. 2019. Disponível em: <https://comunica.ufu.br/noticias/2019/06/lgbt-e-universidade-conheca-historia-acoes-e-pesquisas-da-ufu#:~:text=O%20movimento%20LGBT%20come%C3%A7a%20a,Lampi%C3%A3o%20da%20Esquina%20e%20ChanacomChana>. Acesso em: 14 jan. 2024.

MARQUES, C. F. **Travestis e Transexuais**: gênero e educação sexual em São Luís. 2016. 68 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://www.historia.uema.br/wp-content/uploads/2016/11/3.-caroline-ferreira-marques.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARTINS, A. M. M. **Educação e diversidade sexual**: a (in) visibilidade nos Planos de Ensino da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias no Ensino Médio Maranhense. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2016. Disponível em: <https://tede.ufma.br/jspui/bitstream/tede/2127/2/AlbertoMartins.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARTINS, I. M.; SILVA, M. N. S. Reflexões para pensar o lugar da população LGBTQIA+ na cidade de São Luís – MA. In: EMGES–Encontro Maranhense sobre Gênero, Educação e Sexualidade, 5.; SICODE–Simpósio Nacional Corpos e Diversidade na Educação–Corpos, Gêneros e Sexualidades nas Ciências Humanas e Sociais: desafios da atualidade, 2., 2023, São Luís. **Anais eletrônicos...** São Luís, 2023. p. 10-27. Disponível em: https://www.edufma.ufma.br/wp-content/uploads/woocommerce_uploads/2023/09/Anais-do-IV-EMGES.pdf. Acesso em: 17 jun. 2024.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Tradução de Hilda Pareto Maciel e Rogério Haesbaert. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MELLO, L.; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cadernos Pagu**, n. 39, p. 403-429, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/YQWsxYVRgFgWsW9c5w8mnw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 ago. 2024.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 725-748, 2017. DOI: 10.1590/s0102-69922017.3203008. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/7719>. Acesso em: 29 mar. 2025.

MOREIRA, G. Por trás do monograma do movimento LGBTQIAPN+. **Revista Temporis[ação]**, v. 22, n.02, p. 20-28, 2022. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/article/view/13262>. Acesso em: 10 fev. 2024.

MOTT, L. **A inquisição no Maranhão**. São Luís: EDUFMA, 1995.

OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS LGBTI+ DO MARANHÃO. **Sobre o Observatório**. 2023. Disponível em: <https://observatoriolgbtima.com.br/about/>. Acesso em: 04 mar. 2024.

OLIVEIRA, D. A. Das políticas de governo às políticas de estado: reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hMQyS6LdCNDK8tHk8gI3Z6B/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 jan. 2024.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SARDENBERG, M. B. C. Conceituando “Empoderamento” na Perspectiva Feminista. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: TRILHAS DO EMPODERAMENTO DE MULHERES, 1., 2006, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: UFBA, 2006. p. 1-12, Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 30 maio 2024.

UNAIDS. **Guia de terminologia do UNAIDS**. 2017. 46 f. Disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf. Acesso em: 30 jan. 2024.

VAN DEURSEN, M. A. P. O. História do Maranhão manchada pela homofobia. **Blog Buliçoso**: mídia livre e solta do Maranhão, 2021. Disponível em: <https://bulicoso.com.br/historia-do-maranhao-manchada-pela-homofobia/>. Acesso em: 30 maio 2024.

VIEGAS, E. O índio executado a tiro de canhão tido como primeiro mártir da homofobia no Brasil. **BBC News Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55462549>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Recebido em: 31/03/2025
Aceito em: 11/08/2025